

**A MULHER E O MAGISTÉRIO:
RAZÕES DA SUPREMACIA FEMININA
(A PROFISSÃO DOCENTE EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA) ¹**

Andréa Tereza Brito Ferreira ²

Dizia-se geralmente que ensinar-lhes a ler e escrever era proporcionar-lhes os meios de entreterem correspondências amorosas, e repetia-se, sempre, que a costura e trabalhos domésticos eram as únicas ocupações próprias da mulher... (Nísia Floresta, em 1853).

O ingresso das mulheres nas escolas de primeiras letras, no século passado, marca o despontar do feminino para vida pública, como também, o início de uma trajetória de lutas e conquistas, desse gênero, na sociedade brasileira.

Por volta do final século XIX, com o surgimento das primeiras escolas normais, as mulheres têm a oportunidade de dar continuidade aos seus estudos e de ingressar em uma carreira profissional, favorecendo alterações no seu destino de mulher-esposa e mudando a configuração de uma profissão, até então, exclusivamente masculina.

A feminização do trabalho docente acontece em concomitância com a expansão mundial dos sistemas de ensino, por sua vez, como um requisito do próprio desenvolvimento do capitalismo (Yannoulas, 1994). Associado ao “abandono” pelos homens, o que se

1. Texto extraído da dissertação de Mestrado intitulada “A Docência Elementar nos Limites de uma Territorialidade Feminina?” defendida em janeiro de 1997, no Centro de Educação da UFPE.

2. Professora substituta do Centro de Educação da UFPE

tem a partir daí é a construção de uma identidade profissional para a docência com marcas provenientes da condição da mulher.

Uma breve referência à história da educação no Brasil permite-nos afirmar que, durante quase todo o período colonial, o pouco que havia de educação ocorria sob a responsabilidade dos jesuítas. Segundo Falcon (1992), havia, em 1759, 17 colégios, 25 casas e 36 missões, além das escolas elementares e dos seminários seculares entregues à direção da Companhia de Jesus.

Os padres que formavam a Companhia de Jesus eram responsáveis, em princípio, pela educação elementar da população índia e branca em geral (salvo as mulheres), pela educação média para os homens da classe dominante e pelo seu ingresso na classe sacerdotal ou em universidades européias (Romanelli, 1990).

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, que acontece com as reformas pombalinas, houve uma mudança significativa na educação. No sistema de ensino, além de uma instrução que tinha como novo objetivo o ensino laico, passou-se a valorizar o ensino da ciência, implicando o recrutamento de profissionais que teriam que ser recrutados para atuar nessa área. No concreto, a expulsão dos jesuítas e as reformas pombalinas deram visibilidade à atividade docente como uma nova profissão. Ao mesmo tempo, isso trouxe dificuldades para a metrópole e para sua própria colônia, já que teriam de dar conta da administração das atividades de ensino.

Importa registrar que a saída dos jesuítas abriu espaço para o exercício de uma profissão, que, no entanto, já surgia em um contexto desfavorável. Os problemas decorrentes, sobretudo, da burocracia metropolitana e das parcas finanças acarretavam precárias condições de trabalho e salário para os professores. Estes tinham que recorrer à venda de quinquilharias e "*Aulas de horas vagas*", oferecidas por vários preços, para garantir a sua sobrevivência (Santos Marrocos, apud Falcon, 1992).

Por outro lado, por influência da presença religiosa na colônia, esta profissão ficaria marcada como um "sacerdócio", uma "missão divina", o que, por sua vez, conferia-lhe também um certo prestígio

social, contribuindo para que as pessoas se sentissem atraídas para exercê-la. Segundo Nunes(1985, p. 60):

“magistério e sacerdócio confundiam-se. Ambos faziam parte da missão de apostolado. Daí justificar-se a ideologia do beatário, através da qual o professor era representado, por definição, como um missionário abnegado do qual muito se poderia esperar e ao qual pouco se precisaria oferecer de compensações materiais, uma vez que as maiores satisfações lhe seriam delegadas pelo próprio exercício beatífico da sua profissão”

Ainda no século XIX, o Brasil passaria por significativas transformações. O processo de urbanização vivido nessa época, por exemplo, favoreceu a presença de uma nova camada social, embrião das futuras classes médias, que iria contribuir para uma nova configuração social, manifesta nas atividades econômicas e políticas. Ao mesmo tempo que ganhava importância a vida urbana, o trabalho escravo ia sendo substituído pelo trabalho livre. Surgiam as primeiras indústrias, sem que isso caracterizasse mudança radical nas principais atividades econômicas. Como sabemos, o modelo agro-exportador, instalado desde a colônia, só sofreria alterações substanciais a partir dos anos 30.

A educação, por sua vez, passa também por várias transformações, dentre elas, a que mais nos interessa neste trabalho: a feminização da profissão docente.

Anteriormente ao século XIX já existiam mulheres que atuavam como professoras, embora fosse inexpressivo o papel das escolas para sua formação docente. Isto é, havia poucas escolas tanto de ensino primário quanto de ensino normal para a clientela feminina. Segundo Yanoullas:

“(...) existiam professoras, religiosas e instrutoras, cuja atividade se desenvolveu em casas particulares, orfanatos, conventos e escolas de sociedade de beneficência. Mas sua atividade docente não estava generalizada nem pautada, como tampouco existiam requisitos de formação

para o exercício da profissão. As escolas normais ou outro tipo de instituição para a formação docente não estavam difundidas, sendo impossível, portanto, a noção de corpo docente (feminizado ou não)" (1994: 70).

Por outra parte, na literatura que trata da questão, encontramos diversas interpretações sobre o processo de feminização da atividade docente, ocorrido mundialmente durante o século XIX. Entre as causas que provocaram este fenômeno, são consideradas: a falta de oportunidades de trabalho para as mulheres (Yanoullas, 1994), o abandono da profissão pelos homens, em busca de outras oportunidades de trabalho mais rentáveis (Apple, 1988) e a expansão do ensino, que aconteceu por conta do desenvolvimento urbano-industrial (Pereira, 1963; Mello, 1982; Yannoullas, 1994 dentre outros).

Todas essas explicações, ao nosso ver, estão interligadas e retratam a realidade de uma época, em que mudanças de ordem econômica, social e política favorecem o surgimento daquele fenômeno, que, no limite, articulava-se ao desenvolvimento do capitalismo.

O fato de o homem abandonar a profissão docente, que, como vimos acima, não representava grandes ganhos, certamente estava ligado às mudanças então em curso. No Brasil, embora o processo de industrialização ainda não tivesse se instalado, estavam sendo criadas as condições que iriam permitir a sua deflagração, o que repercutia no surgimento e alargamento de novas atividades profissionais (Fernandes, 1977). Então, poderia ser mais vantajoso trabalhar no comércio, na indústria nascente ou no setor bancário do que ser um professor, profissão que conferia prestígio social, porém, poucos ganhos financeiros.

No relatório do ano de 1898, da Escola Normal de Pernambuco, encontramos referências explícitas ao decréscimo das matrículas masculinas nesta escola, o que indica a propriedade dos comentários que fizemos acima:

"(...) até os que conseguem diplomas de professores (homens) abraçam imediatamente outras carreiras mais

lucrativas, de melhor aparência ou mais cômodas e vão somente para as escolas os poucos que não podem vencer sua vocação ou fracos que carecem de nervos para conseguir vantagens em outro campo. As mulheres excluídas pôr idéias e costumes absurdos de quase todas as profissões e dos empregos e funções públicas, entregam-se ao ensino somente porque é o principal campo de acção que as circunstâncias põem ao seu alcance”.

A absorção das mulheres pelo mercado de trabalho, nessa época, aconteceu por dois caminhos. O primeiro foi através da indústria têxtil, que começou a despontar no quadro do desenvolvimento do capitalismo entre nós, e o segundo, através da educação.

No Brasil, a primeira Escola Normal foi fundada em 1835, em Niterói, logo após o ingresso de algumas poucas mulheres nas escolas de primeiras letras como alunas. Em Pernambuco, a primeira Escola Normal foi criada em 1864 pela lei de número 598 de 13/05/1864. No texto da lei, seriam alunos desta escola:

“todos aqueles cidadãos que quiserem se dedicar à profissão de mestre público de instrução primária. Para ser admitido, era necessário saber ler, escrever e contar; ser maior de dezoito anos; ser de costumes puros; não ter sido condenado por crime ofensivo à religião do Estado; ou à moral pública. Seu currículo continha apenas uma disciplina específica de formação pedagógica, denominada estudos dos métodos conhecidos de ensino” (Galvão, 1992).

Muitas das críticas feitas à escola normal daquele período voltam-se contra a presença de um currículo diferenciado e, portanto, contra a transmissão de conteúdos julgados desnecessários para o exercício da profissão, prática observada desde a sua fundação. É verdade que essas críticas são pertinentes, porém não podemos ignorar o papel que as escolas desempenharam naquele contexto. Apesar de

trazerem em seu bojo uma forma discriminatória de relação entre os gêneros, a formação que aí se realizava significava delegação de poder, pelo domínio de um determinado saber, àqueles que conseguiam cursá-la, poder este que poderia ser contraposto ao das oligarquias ligadas à grande propriedade, os quais dominavam o país. Neste sentido passou a ter um valor convencional, constante e garantido juridicamente na relação com a cultura (Bourdieu, 1989 apud Yannoulas, 1994). Para Yannoulas:

“institucionalizar práticas pedagógicas significou trazer limites entre saberes socialmente válidos e não válidos, entre inculcadores legítimos e não legítimos; como simultaneamente delimitar e hierarquizar os conhecimentos e valores que deviam estar presentes na formação docente” (1994: 81).

Nessa época havia mulheres interessadas numa maior integração na vida sócio-econômica e política do país, de modo que sua atuação ultrapassasse os limites do “mundo do lar” ou da Igreja. Este interesse ia despontando em articulação com a nova forma de organização do trabalho, que demandava mão-de-obra de maneira crescente, o que facilitou a sua introdução no mercado.

O número de mulheres na profissão docente cresceu assustadoramente no decorrer do século XIX. Ao final deste período, em Pernambuco, mais da metade da clientela das escolas que preparavam para o magistério era do sexo feminino.

Segundo Melo (1992), as mulheres que procuravam essa profissão em Pernambuco, no século XIX, pertenciam a uma classe economicamente inferior e nela ingressavam como uma forma de ascensão social, o que não quer dizer que esta realidade era diferente da dos homens. De acordo com o relatório anual do Diretor da Escola Normal ao Presidente da Província, no ano de 1897: *“Em geral são os rapazes pobres que procuram o sacerdócio do Magistério [...]”*.

A remuneração das mulheres que atuavam nesta profissão inicialmente era menor que a dos homens. Só em 1866 elas passaram

a ter os seus vencimentos iguais aos dos professores, com a promulgação da lei de nº 693. Segundo o texto dessa lei, só os professores de geometria e cálculo continuavam a ganhar mais que as mulheres.

No período, o discurso dos pernambucanos em defesa das mulheres nesta profissão poderia ser ouvido por todos os lados, como é o caso do professor Vicente de Moraes Melo, no relatório do governo de Pernambuco de 1891, no capítulo sobre a Instrução Pública:

“Sabe-se que a mulher tem mais facilidade, mais jeito de transmitir aos meninos os conhecimentos que lhes devem ser comunicados. Possui maneiras menos rudes e secas, mais afáveis, atraentes que os mestres, aos quais incontestavelmente vence em paciência, doçura e bondade. Nella predominam os instintos maternais e ninguém como ela possui o segredo de captivar a atenção de seus travessos e inquietos ouvintes, sabendo conseguir que as lições, em vez de tarefa aborrida, torna-se-lhes como uma diversão, um brinquedo. Em vez de catadura séria inflexível, do mestre (e pôr isso mesmo pouco sympathica as crianças) estas encontram na professora a graça e o mimo próprio da mulher (...)”

Essa citação é um indicativo da existência de interesses na sociedade no sentido de substituir o trabalho docente masculino pelo feminino. Porém, mostra-nos claramente o modo estereotipado de tratamento da condição da mulher articulado à profissão docente. O papel principal desempenhado por elas seria o da maternagem, que naturalmente lhes fornece atributos como paciência, meiguice, doçura e bondade.

Em seqüência, durante a Primeira República, houve um crescimento bastante significativo da população em idade escolar que buscava o ensino primário elementar. Diante desse fato, ampliou-se o quadro de professores para atender a demanda, o que favoreceu

também o aumento do número de mulheres na profissão, já que o quantitativo de homens nela interessados vinha diminuindo (Melo, 1992).

Podemos afirmar que a partir da década de 30 começaram as grandes transformações na educação, no contexto das transformações da ordem social, econômica e política, cujo marco considerado é a Revolução de 1930. Desde os anos 20, vários segmentos da sociedade reivindicavam mudanças no sistema político e econômico vigente, em busca de uma saída para a grande crise que se instalara no país (Fausto, 1979).

Nesse período, a crescente demanda pelo ensino elementar público e gratuito advém de uma nova camada da população: os operários urbano-industriais, que já compunham uma categoria profissional com bastante peso, principalmente no Sudeste do país. As tentativas de atendimento dessas demandas acarretaram um crescimento significativo no quantitativo de professoras primárias.

Com a consolidação da urbanização da sociedade, que acontece de forma acelerada após a década de 30, a mulher começa a definir seu papel como profissional. Sobretudo, através da profissão docente ela passa a fazer parte da PEA (População Economicamente Ativa) brasileira e a buscar outras profissões que lhe garantam a participação na vida pública (Pereira, 1963; Gouveia, 1970; e Werebe, 1970).

É certo que a mulher passou a exercer outras profissões nessa época, como professora, secretária, enfermeira, ou recepcionista, desempenhando, assim, “papéis auxiliares”. Mas é no magistério primário que ela encontra uma forma de emprego que não lhe maculava a reputação, por não lhe expor ao contato com estranhos do sexo oposto, o que facilitou o ingresso das moças da pequena burguesia na atividade docente. Além disso, nela também ingressavam filhas de funcionários públicos ou de pequenos comerciantes que, por necessidade ou vontade, aspiravam a outras

profissões, e as mais humildes, que não tinham acesso à escola, trabalhavam nas indústrias têxteis (Gouveia, 1970).

Dentro da escola, as professoras eram subordinadas ao diretor, ao inspetor e ao delegado de ensino, todos do sexo masculino. Porém, segundo Pereira (1963), a expansão da profissão docente favorecerá a participação da mulher em outras atividades de apoio, estimulando a competição e a conquista pelos cargos de mando próprios do sistema escolar.

Os estudos de Pereira (1963), Gouveia (1970), Werebe (1970), Mello (1982) e Novaes (1987) acentuam que a busca pela profissão docente está intimamente relacionada com a reprodução dos papéis que a mulher desempenha na sociedade, como o de mãe e esposa. Esta reprodução traduz traços da personalidade feminina que favorecem ao tipo de trabalho que ela vai desenvolver. Em outras palavras, a “paciência”, o “carinho” e a “meiguice” serão os instrumentos mais importantes que ela, e só ela, irá utilizar nesta atividade.

Segundo Pereira (1963), as professoras da década de 50 se auto-identificavam com o padrão doméstico e acreditavam ser importante que a docência fosse exercida por mulheres, não somente pelas características femininas como também pela possibilidade de integração entre os papéis domésticos e profissionais.

A questão salarial é outro ponto analisado por Pereira (1963) e também já observado em estudos anteriores. O fato de as professoras receberem salários baixos é visto pela sociedade como “natural”, já que não dependem diretamente da sua renda para sobreviver. A remuneração serve apenas como um complemento da renda familiar, pois, por trás, está amparando-a sempre o “provedor”, o homem, que será o responsável financeiramente pela família, mantendo o equilíbrio hierárquico das relações entre os sexos, bem de acordo com a herança patriarcal. No entanto, o autor registra, mesmo nessa época¹,

¹ Sua pesquisa se refere à realidade do final dos anos 50.

um certo descontentamento das mulheres com os seus vencimentos, e identifica o começo de algum processo de reivindicação ligado ao rebaixamento salarial do funcionalismo público e aos movimentos proletários. Ligados, dizemos, no sentido de estarem influenciados e não unificados em uma mesma luta.

Na década de 60, as professoras amargam o declínio do prestígio profissional em decorrência de uma queda nos padrões salariais das camadas médias. Esta situação leva a que se instale, na categoria, o processo de “proletarização”. Em consequência dos problemas trazidos pelo desenvolvimento urbano-industrial para as classes médias, as professoras serão pressionadas por suas famílias. Isso levou-as a lutar pela profissionalização e reconhecimento de seu trabalho.

Para Pereira (1963), a profissão de professora primária na década de 50 e 60 aparece como a mais avançada para as mulheres, porque atua como força desintegradora do “molde” artesanal paternalista. A atividade começara a não se apresentar apenas como um “entretenimento” das esposas e filhas que vivem à sombra da figura masculina.

Não obstante, esta fica qualitativamente aquém do que caracteriza a profissionalização masculina: as escolas que preparam para o magistério estão apenas parcialmente articuladas ao mercado de trabalho. Isso porque essas escolas tendiam a disseminar papéis de esposa, dona de casa e mãe, ou melhor, a preparar para o casamento, ao invés de trabalhar técnicas específicas ao ensino das crianças. Segundo este mesmo autor, a degradação do magistério primário é um produto espontâneo do desenvolvimento urbano-industrial brasileiro, mas a identidade da profissão não se torna nítida porque a escola é vista como uma extensão do lar e não como um ambiente de trabalho.

Na década de 70 começaram a ter visibilidade os movimentos pela emancipação feminina e, portanto, pela mudança da condição mulher na sociedade. A predominância maciça da mulher no magistério será uma constante, e com ela a representação da profissão

como um trabalho tipicamente feminino, diretamente associado às suas habilidades afetivas e de maternagem.

Segundo Mello (1982), essa representação é assumida naturalmente pelas professoras, o que se constata quando elas revelam que a escolha da profissão se deu livremente, sem imposições, sejam sociais ou familiares. Trata-se de um dado que possibilita estabelecer diferenças marcantes entre a escolha da profissão nos anos 30 e nos anos 70, embora continue semelhante o modo de identificá-la como “coisa de mulher”.

O impulso à modernização da sociedade brasileira que ocorre nos anos 70 vai possibilitar maior participação das mulheres no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que se dissolvem os resquícios de preconceitos contra o seu ingresso em profissões antes socialmente legitimadas aos homens.

A quebra dos preconceitos contra a inserção da mulher no mercado de trabalho e a continuidade da degradação salarial das professoras nos conduzem a pensar por que o magistério primário continuou a atraí-las enquanto opção profissional. Neste sentido, poderíamos inferir que aquelas originárias de famílias de maiores rendas fazem esta opção, dado que lecionar é considerado como uma atividade “assistencialista” que as manteria ocupadas. Só que esta realidade não existe, na medida em que elas têm outro perfil: a maioria depende de seu trabalho para a sobrevivência, muitas delas sustentam toda a família, precisando, portanto, trabalhar dois ou três expedientes.

O que se percebe é que existe toda uma representação da profissão que as levam a buscá-la pelo “amor”, pela “doação” e pela “vocação”, o que pode explicar a continuidade do fenômeno.

Segundo Mello (1982), o fato de ser essa profissão, como outras predominantemente femininas, e, como tais, estereotipadas, mal remunerada e desvalorizada, responde a determinados interesses econômicos, o que se mostra contraditório: “Não é contingente que as carreiras femininas sejam mal remuneradas, desprestigiadas e dotadas

de uma representação que se associa ao seu papel feminino, a divisão sexual do trabalho tem por trás uma divisão social que serve a interesses econômicos, a qual produz e ajuda a manter uma representação profissional que favorece a uma retribuição desigual de salário e prestígio para profissões masculinas e femininas” (Mello, 1982, p. 46).

No final da década de 70 as professoras se organizam em movimentos reivindicatórios (iniciados já na década de 60, porém, interrompido nos anos iniciais do governo militar), na tentativa de melhorar a sua situação, muito embora estas não tivessem uma conotação política. Em suas análises, Mello (1982) considera que havia uma certa resistência em associar o movimento das professoras a organizações partidárias ou reivindicações sociais em sentido mais geral. Esta questão é analisada pela autora como uma maneira distorcida de as professoras perceberem o “político”. E não percebendo a dimensão política em si, como própria e inerente à ação docente, a professora está tornando mais difícil o processo de organização e atuação do magistério como categoria profissional.

Aspectos da realidade da professora do Ensino Fundamental em Pernambuco, na década de 80, são encontrados no trabalho de Aguiar e Azevedo (1985) que têm como objetivo delinear o seu perfil no nosso Estado.

No estudo foi verificado que a totalidade dos profissionais docentes, dessa época, era do sexo feminino. No que diz respeito à sua origem sócio-econômica, tal como vimos anteriormente, as professoras, na sua maioria, também eram oriundas de famílias que ganhavam de três a quatro salários mínimos, portanto, integravam o segmento da população de baixo poder aquisitivo. Apenas um percentual muito pequeno tinha uma condição sócio-econômica privilegiada e não dependia do salário para sobreviver. Essa realidade, observada desde o século passado, permanece até os dias atuais, como demonstraremos adiante.

Para melhorar a renda salarial, as professoras pernambucanas possuíam dupla jornada de trabalho nas escolas, vendiam confecções

ou produtos de beleza, e muitas vezes freqüentavam a faculdade à noite. Tudo isso, quase sempre, associado aos trabalhos domésticos, já que, comprovadamente, mais de 50% das pesquisadas eram casadas e tinham filhos (Aguilar e Azevedo, 1985).

Como sabemos, os concursos públicos para o magistério foram suspensos durante quase toda a vigência dos governos militares em Pernambuco. Este modo de admissão só volta a vigorar em 1985. Em conseqüência, durante um largo período, as professoras eram escolhidas através de critérios clientelistas, desconsiderando-se a habilidade profissional para a atividade.

De acordo com Azevedo e Aguilar (1985), em 1983, do total das professoras entrevistadas, 60% haviam freqüentado o curso superior, e 42% o estavam freqüentando. No entanto, o que poderia parecer um dado positivo quanto à melhoria da competência técnica e do nível salarial da categoria, na realidade tinha outras implicações:

(...) “O fenômeno de massificação do ensino superior, sem a devida política de emprego correspondente, tem gerado a desvalorização do diploma acadêmico, e vem se constituindo em prática comum a exigência de altos níveis de escolaridade para ocupações que, em princípio, não requeriam. Sendo assim, malgrado o esforço das professoras no investimento para a melhoria da qualificação da sua força de trabalho, com vistas a galgar postos mais altos na carreira docente, aparenta não vir a obter resultados” (Azevedo e Aguilar, 1985, p. 30).

O descontentamento das professoras com o salário é bastante visível nessa época, tal como em outras. Apenas um percentual pequeno pensava em abandonar a profissão e ir em busca de outras mais rentáveis, muito embora um quantitativo maior aspirasse a melhorar as suas condições, ensinando em outros graus ou em cursos técnicos.

Quanto aos motivos que as levaram a buscar essa profissão, estes não diferiram muito dos motivos de décadas passadas, apontados

nos trabalhos de Pereira (1963), Gouveia (1970), Mello (1982) e Novaes (1987). Segundo Aguiar e Azevedo (1985), o motivo principal de as mulheres optarem pela carreira docente foi a “vocação”. Das entrevistadas, as autoras apreendem, através das análises dos seus discursos, que, subjacentes à “vocação”, estavam outros elementos próprios da condição feminina, tal como é esta representada socialmente.

Neste sentido, foi encontrada a identificação da profissão com a maternidade, como se o fato de ser mãe já favorecesse “naturalmente” o desempenho da atividade. A escola é tomada como continuidade do “lar”, onde a professora vai exercer de fato o papel de maternagem, utilizando-se de sua autoridade e do seu carinho, para desempenhar suas funções.

Um segundo elemento subjacente à vocação é o seu sentido místico: a doação de si mesmo é uma missão a ser desenvolvida igualmente ao sacerdócio e se aceita como corolário a idéia do sacrifício. Esta forma de pensar, segundo a pesquisa, poderia estar relacionada com a maneira de perceber a importância social do trabalho, que, por sua vez, também poderia favorecer uma:

“[...] postura extremamente desmobilizadora, servindo de anteparo para qualquer ação reivindicativa, que levasse a categoria a exigências por melhores condições de trabalho, ou mesmo melhoria salarial. Neste sentido, a questão do ‘apostolado’ e do ‘sacerdócio’ tende a ser um dos ‘freios’ que reforçam o processo de alienação política da categoria” (Aguiar e Azevedo, 1985, p. 93).

A última dimensão da “vocação” está ligada diretamente à identidade profissional feminina, em que as professoras se percebem como seres diferentes e inferiores aos homens e a elas cabem apenas as atividades bastante específicas e tidas como próprias de mulher.

Como vimos ao longo do presente texto, a “vocação” é um fator bastante marcante em todas épocas, desde o período da colonização, com os religiosos que tinham essa profissão como missão, como sacerdócio, até a década de 80, com a modernização da

sociedade, com o amplo desenvolvimento urbano e a participação das mulheres em vários setores profissionais.

Certamente que o peso atribuído à escolha da profissão como um meio de realizar a “*vocação*” relaciona-se com as representações que a sociedade, historicamente, construiu a respeito do trabalho docente. Numa sociedade desigual, como a nossa, o reforço dessa forma de perceber a profissão (como “*missão*”, “*sacerdócio*”, “*doação*”) não deixa de ser um modo de camuflar e tentar garantir a aceitação de precárias condições de salários e trabalho que vêm marcando a atividade.

Hoje, em plenos anos 90, as mulheres compõem quase 40% da PEA brasileira (Bruschine,1994) e suas reivindicações em relação ao mundo do trabalho não se mostram substantivamente diferentes das pautas de reivindicações dos homens. A luta das mulheres se volta no presente para a conquista do trabalho e dos direitos a estes vinculados, bem como para o reconhecimento da sua competência na ocupação dos diversos postos: portanto a luta é contra a discriminação profissional entre os gêneros.

A reivindicação pela escolarização da mulher, iniciada no início do século passado, transforma-se hoje em uma representação significativamente maior de mulheres com formação superior em relação ao homem, o que nos permite analisar, a partir de uma trajetória histórica, o feminino com mudanças perceptíveis em sua forma de atuação no espaço social.

O papel da mulher na sociedade analisado sob a perspectiva de gênero, na qual as relações entre o masculino e o feminino são socialmente construídas (Scott,1995), é fruto de uma relação de poder entre os gêneros. O que nos faz entender que todas as mudanças ocorridas no interior dessa relação, são conseqüências de um movimento de mão dupla e está associado a um contexto social mais amplo, devendo ser considerado conjuntamente com outros elementos como etnia, classe social, idade e religião.

Nesse sentido, a profissão do magistério, de certa medida, se constitui hoje com características diferentes de outras épocas pelo

movimento de força existente entre os gêneros, o qual resulta em mudanças no papel da mulher e do homem na sociedade e conseqüentemente no objeto de estudo deste trabalho, a mulher-professora.

Os antigos valores e estereótipos, ainda presentes na realidade das professoras, mesclam-se com novos comportamentos profissionais, como aquisição de competências para atuação no magistério, o que significa a existência de uma relação de tensão nos espaços onde essas mulheres desenvolvem seus trabalhos, fruto da evolução da sociedade e fundamental na construção de novos caminhos.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, M.; AZEVEDO, J. *O professor do Ensino Elementar em Pernambuco*. Recife: Unicap/Sudene, 1985 (relatório de pesquisa).
- APPLE, M. Ensino e trabalho feminino: Uma análise comparativa da história e ideologia. *Cadernos de Pesquisa*, nº 64. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1988.
- AMADO, Tina e BRUSCHINE. Estudos sobre a mulher e educação: Algumas questões sobre o magistério. *Cadernos de Pesquisa* n. 64. São Paulo : Fundação Carlos Chagas, 1988.
- AZEVEDO, J. M. L. Políticas Públicas para a formação Docente no Limiar do século XXI (Conferência proferida no seminário Formação Docente). Recife, 1996, mimeo.
- BARRETO, E. S. S. A professora primária frente a alunos e alunas de distinta condição social (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 1980.
- BOURDIEU, P. *Ésquisse d'une Théorie de la Pratique*. Paris: Librarie Droz, 1972. _____. *Sociologia*. São Paulo : Ática, 1983.
- BRUSCHINE, C. O trabalho da mulher no Brasil: Tendências Recentes. In: *Mulher Brasileira é Assim*. Org. Heleieth I.B.Saffioti e Mônica Muñoz-Vargas. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 1994.
- CUNHA, L. A. Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo: Cortez, 1991.
- CARVALHO M. P. e VIANNA C.P. Movimentos Sociais por Educação "A Invisibilidade entre os Gêneros". *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo : Fundação Carlos Chagas/Cortez, 1995.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 05 de novembro de 1831. Notas, Recife, 1831.
- FALCON, F. C. Educação e Reforma Pombalina. Estudos Ibero-Americanos, vol. XIII, n.2. Rio de Janeiro : (Editora), 1992.

- FAUSTO, B. A Revolução de 30: Historiografia e História. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FARR, R. M. Las representaciones sociales. In: Pensamiento e vida social. (Org.) Moscovici, S. Espanha : Barcelona, 1986.
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro : Zahar, 1977.
- FRANCHI E. P. A insatisfação dos professores: conseqüências para a profissionalização. In: A causa dos professores. São Paulo: Papirus, 1995.
- GALVÃO, A. M. O. A escola normal e suas representações no século XIX em Pernambuco. Recife : UFPE, 1992. (mimeo.)
- GOUVEIA, A. J. Professores de amanhã (um estudo da escolha ocupacional). Rio de Janeiro : (Pioneira), 1970.
- LELIS , I. A. A formação da professora primária: da denúncia ao anúncio. São Paulo : Cortez, 1989.
- MELO, K. V. A. A trajetória da feminização do curso de magistério de 2º grau em Pernambuco. Texto de iniciação científica. Recife, 1992 (mimeo).
- MELLO , G. N de. Magistério primário: da competência técnica ao compromisso político. São Paulo : Cortez, 1983.
- MOACYR, P. A Instrução e o Império: subsídios para a história da Educação no Brasil. (1854-1889), v.3. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1938.
- NOVAES , M. C. de S. Professora primária: de mestre a tia. São Paulo: Cortez, 1986.
- NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: Professores e a sua formação. Coord. António Nóvoa. Lisboa: Publicações Dom Quixote Ltda, 1995.
- NUNES,C. A sina desvendada: Educação em Revista. Revista da Faculdade de Educação/UFGM. Belo Horizonte : UFGM, 1985.

- PEREIRA, L. O magistério primário numa sociedade de classes: estudo de uma ocupação em São Paulo. São Paulo : Pioneira, 1963.
- PESSANHA, E. C. Ascensão e queda do professor. São Paulo : Cortez, 1994.
- ROSEMBERG, F. A educação de mulheres jovens e adultas no Brasil. In: Mulher brasileira é assim. (Org.) Heleieth Saffioti e Mônica Muñoz-Vargas, Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 1994.
- ROMANELLI de O, O. História da educação no Brasil. Petrópolis : Vozes, 1990.
- SAES, D. Classe Média e Sistema Político no Brasil. São Paulo : T. A. Queiroz, 1985.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade, v.20, n(2). Porto Alegre : UFRGS, 1995.
- SOUZA, J. A. S. Da Vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Niterói. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 312. Rio de Janeiro, 1977.
- TRINDADE, E. M. C. Trilogia doméstica: A mística ou formação da mulher para a vida privada. Curitiba : Anais da XIII Reunião SBPH, 1994.
- UFPE/Centro de Educação. A escola Normal em Pernambuco no século XIX. (Relatório de pesquisa). Recife, 1992 (mimeo).
- WEREBE, M. J. G. Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil. São Paulo : Ática, 1994.
- YANNOULAS, S. C. Educar: uma profissão de mulheres? La feminizacion del Normalismo y la Docencia - Brasil y Argentina (1870-1930). Tese de Doutorado. Brasília : FLACSO\UnB, 1994.

